

EDUCAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS NEGRAS E BRANCAS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

MONTEIRO, Edenar Souza – UFMT – edenar.m@gmail.com

GT-21: Afro-Brasileiros e Educação

Na sociedade brasileira, exclusão, preconceito e discriminação caminham juntos. A diferença se transforma em desigualdade através de processos sutis e complexos, presentes em nosso cotidiano, nos diferentes espaços sociais (CANDAUI, 2003).

Henriques (2004) constata que essas desigualdades são intensas e estão diretamente relacionadas com o preconceito racial que, associadas às diferentes formas de discriminação, impedem o desenvolvimento das potencialidades da população negra.

Os indicadores sociais analisados pelo IBGE/PNAD em 2006¹, expressam relevante destaque à população negra que sofre e percebe a exclusão social à qual são submetidos seus dependentes no decorrer da vida. A maior parte desse segmento social, sistematicamente desfavorecido, é privado de condição digna de moradia, assistência médico-sanitária, escolaridade, emprego e renda, etc. Portanto, a população negra sofre duplamente – por ser negra e por reforçar o quadro das desigualdades sociais relacionadas à condição econômica. Vemos, por Munanga (1996:216), que “[...] numa sociedade como a nossa, as questões de raça e de classe mantêm entre si uma certa dialética.” Nesse sentido, no Brasil, pesquisas têm demonstrado que as relações sociais estão marcadas pela desigualdade e o fator cor/raça é determinante para a exclusão ou inclusão dos indivíduos.

Hasenbalg (1979), analisou as desigualdades raciais referentes à participação do negro na educação formal e concluiu que o progresso educacional do aluno negro foi mais lento que do aluno branco. Com relação ao grau de conclusão de escolaridade da população negra no nível superior, a desigualdade foi mais exorbitante. O autor constatou que a possibilidade de um aluno branco, em relação a um aluno negro, concluir o curso universitário era 13,7 vezes maior.

Estudos mostram que o ambiente escolar é espaço de diferentes relações sociais e reflete a diversidade cultural presente na sociedade. Destarte, “diferentes costumes,

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Pesquisa por Amostra de Domicílio – dados obtidos na síntese de indicadores sociais (Uma análise das condições de vida da população brasileira / 2007). Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2007/indic_sociais2007.pdf

crenças, etnia e todos que compõem a cultura, freqüentam, diariamente, as salas de aula” (CANDAUI, 2003:24).

Oliveira (1996:14), percebe a escola como lugar privilegiado, “cuja função é oferecer, a todo e qualquer brasileiro, oportunidade de incorporar, em sua prática social, os conteúdos mínimos que lhes garantam usufruir o seu direito de cidadão”.

Embora, os estudos que buscam entender a escolarização do ponto de vista das famílias, sejam poucos no Brasil, esta pesquisa objetiva conhecer e analisar as convergências e divergências nas percepções das famílias negras e brancas sobre a educação e o preconceito racial no contexto escolar.

No tocante à família é importante falar especificamente da família brasileira, pois esta vem passando por transformações importantes, decorrentes das evoluções sociais, no contexto socioeconômico e político do país; nessas transformações permeiam inúmeros arranjos familiares, possibilitando os mais variados conceitos de família.

Kaloustian (1988:65), trata desse assunto enfatizando a família como garantia de sobrevivência e proteção de seus membros e afirmando que:

A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente da forma como esta vem se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes. Desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; em seu meio são absorvidos os valores éticos e humanitários. A família é o grupo primeiro que nos possibilita apropriarmos dos valores e conhecimentos de nossa cultura.

A constituição brasileira de 1988, em seu artigo 226, conceitua família como sendo um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica e/ou normas de convivência, que reside na mesma unidade domiciliar; também, inclui como família a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Nesse contexto, é preciso compreender e ampliar o conceito tradicional de família, pois os arranjos familiares atuais são variados – pais que se separam, que têm um segundo casamento ou, ainda, pessoas solteiras com filhos.

Teixeira (2006), afirma que as mudanças no padrão familiar brasileiro atingiram igualmente famílias brancas e negras, indo na mesma direção; ou seja, queda no padrão de famílias conjugais com filhos, crescimento nos arranjos de pessoas sem cônjuge e com filhos e de pessoas residindo sozinhas. Portanto, a autora observa que:

No caso das brancas, os modelos de família conjugal (com ou sem filhos) apresentam-se com um percentual um pouco mais representativo. Enquanto isso, entre as negras, são um pouco mais freqüentes as famílias composta de

mulheres sem cônjuge com filhos, os denominados “outros tipos de família”, e, de modo geral, os arranjos acrescidos de parentes, o que pode significar uma estratégia de sobrevivência na medida em que sabemos que os negros ganham muito menos que os brancos no mercado de trabalho (p. 91).

A escola é uma instituição onde convivem conflitos e contradições, e a discriminação racial está presente nas relações entre alunos/alunos e professores (GOMES, 2006).

Candau (2003:29), ressalta que a dificuldade de se trabalhar a questão do preconceito racial no âmbito social e educacional está “ancorada na existência de um senso comum que não reconhece a existência do racismo entre nós e que, quando admite sua realidade, sempre a situa nos outros. Ninguém se considera agente ativo de atitudes e comportamentos discriminatórios e racistas.

A pesquisa está sendo realizada em duas escolas públicas municipais de Cuiabá/MT. A escolha das escolas se deu pela localização de ambas em bairros periféricos, onde há maior concentração de famílias pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, dado considerado relevante para a pesquisa. Participam desta pesquisa dez famílias de alunos do 4º ano do ensino fundamental, sendo todos os membros (pai, mãe, filho e/ou responsável) ouvidos.

Procurou-se conhecer e analisar a opinião das famílias negras e brancas sobre a educação formal e o preconceito racial no contexto escolar; destacar e analisar os pontos convergentes e divergentes nos discursos das famílias e conhecer as expectativas que as famílias negras e brancas nutrem em relação à escolaridade de seus filhos.

A metodologia que sustenta esse estudo é qualitativa, baseada na coleta de dados feita via aplicação de questionário para identificar o perfil socioeconômico dos sujeitos envolvidos e entrevista individual semi-estruturada com membros de famílias negras e brancas no Município de Cuiabá.

Os dados foram coletados, conforme já referido, via entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos sujeitos escolhidos, membros das famílias definidas e buscam referências de cada participante das famílias sobre a problemática em questão. O estudo objetivou escutar as famílias dos alunos colocando em foco suas subjetividades. Assim surgiram informações diversas, algumas semelhantes entre si, outras diferentes e outras complementares. A partir de seus discursos pode-se delinear a problemática por elas sentida e vivenciada em relação à escola.

Diante dos dados obtidos pode-se perceber que o que se destaca na fala dos membros das famílias, negras e brancas (pai, mãe, ou responsáveis), é a insatisfação

com o tratamento que seus filhos vêm recebendo na escola em relação ao rendimento escolar; alegam que a criança vai para outra série sem preparo suficiente para prosseguir. Demonstram insatisfação nas reuniões escolares, pois, segundo seus discursos, a escola prioriza o comportamento dos alunos e não trata das expectativas das famílias quanto à educação formal. Deixam transparecer em suas falas que não conseguem fazer valer seus direitos como cidadãos para exigir um ensino de qualidade. Alegam que se tivessem melhores condições econômicas conseguiriam oferecer ensino de qualidade a seus filhos e esses poderiam competir em condição de igualdade no meio social. Outro item que chamou atenção é relacionado às maneiras como as famílias percebem os episódios de discriminação racial. As famílias negras (100%) descrevem, de forma clara ou sutil, seu desconforto com relação a esse fenômeno no contexto escolar, porém silenciam por não saberem como lidar com a situação. Dentre as famílias brancas, cerca de 80%, alegam não perceberem as manifestações de discriminação e preconceito; somente 20% afirmam perceber. A pesquisa deu vez à voz da criança e esta, sendo negra, apresentou em sua visão infantil, toda revolta que sente diante das várias situações de discriminação e preconceito que elas passam. Quanto à criança branca, estas não percebem. Todos os dados obtidos nos discursos estão em fase de análise.

O roteiro da entrevista foi determinado pela seguinte pergunta: “Qual é sua opinião em relação à escola de seu filho?”. O conjunto de respostas parece demonstrar que a preocupação maior das famílias, negras e brancas, é, principalmente, relacionada à qualidade do ensino que é dispensado a seus filhos. Em relação ao preconceito e à discriminação, salienta-se nos discursos das famílias, negras e brancas, percepções diferenciadas. Os resultados parciais revelam a convergência nos discursos das famílias em relação ao ensino dispensado aos seus filhos pela escola. A divergência revela que as famílias brancas, pouco ou quase nunca, percebem a incidência do preconceito racial e as famílias negras percebem, porém silenciam por não saberem como lidar com a situação. Na percepção das famílias as reuniões escolares são insatisfatórias, pois priorizam críticas apenas em relação ao comportamento dos alunos, deixando de lado as expectativas dos pais que buscam mecanismos para solucionar os problemas de qualidade do ensino público percebidos por eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Instituto de Geografia e Estatística – IBGE – São Paulo, 2007. Disponível em < - <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3682>> acesso em 30/08/2007.

_____. Constituição da República do Brasil de 1988, Brasília, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> acesso em 21/092007.

CANDAU, Vera M. Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. DP&A, Rio de Janeiro, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra/ Nilma Lino Gomes. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. Educação e desigualdade racial. In: ROCHA, Maria J., PANTOJA, Selma. (orgs.), Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica. DP Comunicações Ltda. Brasília, 2004.

KALOUSTIAN, Silvio M. (org.) Família Brasileira, a Base de Tudo. São Paulo: Cortez; 4ª. edição. São Paulo, 2000.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

OLIVEIRA, Iolanda de. Desigualdades Raciais: construção da infância e da juventude. Niterói; Intertexto, 1996.

TEIXEIRA, Moema De. Relações raciais na sociedade brasileira; In: OLIVEIRA, I., SISS, A., (orgs.), População Negra e Educação Escolar, Cadernos PENESB, 7: EDUFF, Niterói, RJ - Brasil, 2006.